

MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA: SOBRE AS ESPECIFICIDADES DA MULHER NEGRA NO BRASIL

Silvia Elaine Santos de Castro¹

silviacaastro_ldna@yahoo.com.br

Universidade Estadual de Londrina

GT4 - Racismo, intolerância e políticas públicas

Bolsista CAPES

RESUMO

Pretendemos neste artigo levantar uma breve perspectiva sócio-histórica dos marcadores sociais da diferença, mais especificamente, nos estudos que diz respeito às desigualdades intragêneros vivenciados por mulheres negras no Brasil. Tais reflexões abordam parte das reflexões do projeto de pesquisa *Marcadores Sociais da Diferença: Olhares e Sentidos da revista Eparrei!*, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina em 2011. O projeto visa investigar as práticas e formações discursivas da revista *Eparrei!* veículo de comunicação da Casa de Cultura da Mulher Negra de Santos. Advogamos sobre a necessidade de se pensar as associações e vinculações que as relações entre raça, gênero e classe têm na sociedade brasileira na intenção de compreender a atual desigualdade econômica que fazem com que as mulheres negras continuem a ocupar o último lugar nos extratos sociais brasileiro. Observamos que é necessário ter a compreensão da branquitude como violência simbólica, enquanto valor estético privilegiado e hegemônico, para se exigir que os meios de comunicação busquem outros parâmetros de representação para as mulheres no país e que representem a enorme diversidade que se faz presente.

Palavras-Chave: *marcadores sociais da diferença; interseccionalidade; mulher negra no Brasil.*

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, jornalista e Pesquisadora-colaboradora do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos da UEL.

Introdução

Este artigo apresenta uma das discussões levantadas pelo projeto de pesquisa *Marcadores Sociais da Diferença: Olhares e Sentidos da revista Eparrei!*, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina em 2011. O projeto visa investigar as práticas e formações discursivas da revista Eparrei! veículo de comunicação da Casa de Cultura da Mulher Negra, que tem atuação na cidade de Santos, litoral de São Paulo.

Pretendemos discutir aqui, por uma abordagem sócio-histórica, algumas bases teóricas que fundamentam e estrutura o movimento de mulheres negras no Brasil, mais recentemente pensado e conceituado pelos estudos dos marcadores sociais da diferença, na área da antropologia, no Brasil e as interseccionalidades das categorias de raça, gênero e classe, mundialmente divulgada.

De que maneira o tratamento igualitário entre mulheres poderia gerar ainda mais desigualdade entre elas? Em que ponto as reivindicações de determinados grupos de mulheres já não representa(va) mais uma classe unívoca desses sujeitos políticos? De que forma algumas camadas sociais passam a se beneficiar dessas diferenças? Essa “divisão” pode enfraquecer o movimento feminista? Como pensar e tratar a proximidade entre objeto e pesquisador? Como isso se constitui sócio e historicamente no Brasil? Esses e alguns outros questionamentos já foram levantados em alguns debates que participei, utilizo este espaço para estas colocações.

A desmistificação de tais questões já foi levantada por diversas teóricas no Brasil e no mundo. No entanto, percebemos a necessidade de, ainda, argumentar sobre alguns aspectos, e mais especificamente o lado histórico e social da construção do racismo no Brasil, para realçar suas nuances e as diversas maneiras de articulação no nosso país. Evocar que o racismo em nosso país é estruturante e, como já evocado por Lélia González a “tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pelo racial”.

Advogamos sobre a necessidade de se pensar as associações e vinculações que as relações entre raça, gênero e classe têm na sociedade brasileira na intensão de compreender a atual desigualdade econômica que fazem com que as mulheres negras continuem a ocupar o último lugar nos extratos sociais brasileiro e, assim, contribuir para a elaboração de políticas públicas estratégicas para essa superação.

Feminismo e as desigualdades intragênero

Iniciamos nossa discussão re-visitando alguns espaços do feminismo. O feminismo do pós-guerra procurava erradicar as desigualdades de gênero baseado na diferenciação sexual inerente às teorias biologicamente deterministas que justificam a posição social da mulher por sua diferença inata ao homem. A ideologia feminista não busca negar a biologia feminina, mas questionar sistemas que constroem e representam a subordinação das mulheres como resultado de suas capacidades biológicas. (BRAH: 2006, 342)

As discussões do feminismo evoluíram e passaram a questionar a questão das mulheres enquanto sujeito do feminismo. Judith Butler argumenta sobre a necessidade da desconstrução deste sujeito e da ampliação da sua representação. Para ela, os sujeitos estão condicionados às estruturas de poder e são por elas formadas, definidas e reproduzidas, portanto, “a formação jurídica da linguagem e da política que representa as mulheres como ‘o sujeito’ do feminismo é em si mesma uma formação discursiva e efeito de uma dada versão da política representacional.” Butler afirma que o sujeito feminista se revela discursivamente constituído e diz que a crítica feminista deve “compreender como a categoria ‘das mulheres’, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação”. (BUTLER: 2003,19)

A autora identifica como um problema político do feminismo a utilização do termo *mulheres* enquanto uma identidade comum. A noção de gênero não se constitui de maneira coerente e consistente, ela “estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas”. Ela complementa, “como fenômeno inconstante e contextual, o gênero não denota um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes.” (id; ibid, 20-29)

Portanto, partimos da premissa que a categoria *mulher* é uma variável histórica. A natureza humana não é essencial, mas socialmente construída, influenciada por vários marcadores sociais da diferença. As novas pesquisas em torno do gênero buscam a dessencialização e não procuram mais a compreensão de um sujeito único do feminismo.

Recentes estudos sociológicos estão voltados para esta compreensão e análise da intersecção entre as variáveis de raça, gênero, sexo, geração e classe. Essa perspectiva visa observar a articulação entre essas diferenças, enquanto marcas sociais, para a construção social das desigualdades. Tais pesquisas passaram a ser foco de estudos, principalmente, depois da Conferência de Durban, quando foram levantados alguns questionamentos como a relação entre raça, gênero e pobreza, as reparações e as necessárias discussões sobre o período de tráfico e colonização dos países africanos, a globalização como intensificador da pobreza, o debate dos povos indígenas e a questão do tratamento do sionismo² como uma nova forma de racismo.

Em seu artigo *Interseccionalidade em uma era de Globalização*, Marylei Blackwell e Nadine Naber levantam um debate sobre as implicações da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em setembro de 2001, para as práticas feministas transnacionais. As teóricas questionam a atuação dos Estados Unidos no policiamento dos limites daquilo que poderia ser discutido e debatido e, também, sobre o que poderia ser divulgado pelas mídias. Atentam os olhares sobre as disputas discursivas e de representação e poder que permearam o evento, observam que esses aspectos têm sido centrais na dominação colonial e nas legitimações através da história.

A primeira linha de raciocínio parte do desafio em desarticular críticas conservadoras que questionam o enfraquecimento da agenda anti-racista com os debates levantados pelas questões de gênero. Constata que se não fosse dada atenção ao gênero, certas formas de racismo passariam despercebidas, “lembrou que, embora sejamos a espinha dorsal de nossos conflitos, nós, mulheres permanecemos [sic.] à margem nas políticas masculinistas de libertação nacional e nas lutas comunitárias contra o racismo”. (BLACKWELL e NADER; 2002,192)

Outro tema delicado abordado no artigo são as possíveis reparações para as vítimas da escravização de africanos, do colonialismo no continente africano e o questionamento da base econômica do racismo. Elas defendem a necessidade de se continuar estabelecendo novos diálogos sobre o modo pelo qual o racismo, a exploração de classe, o gênero e a homofobia se cruzam e se complementam mutuamente.

Sobre este tema Avtar Brah afirma que

² O movimento que defende a manutenção da identidade judaica, opondo-se à assimilação dos judeus pelas sociedades dos países em que viviam. Resultou na criação do Estado de Israel.

nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. (...) O signo “mulher” tem sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero. Seu fluxo semiótico assume significados específicos em discursos de diferentes “feminilidades” onde vem a simbolizar trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais históricas particulares. Diferença nesse sentido é uma diferença de condições sociais. (BRAH: 2006, 341)

A autora aponta que a diferença nem sempre é tida como um marcador de hierarquia e opressão. É necessário saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política. No caso do racismo, ela o observa como sendo uma diferença que postulam fronteiras fixas e imutáveis entre grupos tidos como inerentemente diferente. (id.;ibid, 374)

Assim como Avtar, entendemos que toda formação discursiva é um lugar de poder e o poder é constituído, na alta- modernidade, performaticamente nas práticas econômicas, políticas e culturais e, através delas, “as subjetividades de dominantes e dominados são produzidas nos interstícios desses múltiplos lugares de poder que se intersectam. (...) Mas se a prática é produtiva de poder, então a prática é também um meio de enfrentar as práticas opressivas do poder.” (id.;ibid, 373-374)

Compartilhamos o pensamento de Avtar Brah que diz que as relações sociais continuaram problemáticas se o fortalecimento de uma forma de opressão levar ao fortalecimento de outra. O desafio não é o compartilhamento de opressões, e sim, “formular estratégias para enfrentar todas elas na base de um entendimento de como se interconectam e articulam”. (id.;ibid, 376)

Indagações dessa ordem também permearam os trabalhos de intelectuais afro-americanas como Anna Julia Cooper³, Mary Church Terrell⁴, Ida B. Wells⁵ e mais contemporâneas

³ Historiadora afro-americana. Publicou *A voz do Sul*, em 1892, obra vista como a primeira articulação do feminismo negro nos EUA.

⁴ Uma das primeiras afro-americanas a receber um diploma universitário. Foi a primeira presidente da Associação Nacional das Mulheres Coloridas dos EUA.

⁵ Jornalista e socióloga. Documentou e denunciou os linchamentos no EUA, como uma maneira de controlar ou punir os negros que competissem com os brancos.

como Hortense Spillers⁶, Hazel Carby⁷, Patrícia Williams⁸, Beverly Guy-Sheftall⁹, bell hooks¹⁰ e Angela Davis¹¹.

Tida como um marco em várias pesquisas das reivindicações da mulher afro-americana, Sojourner Truth é lembrada por seu discurso *Ain't I a Woman?* proferido na Conferência sobre os Direitos das Mulheres em 1851, na cidade de Akron, no estado de Ohio, EUA.

Ali aquele homem diz que as mulheres precisam de ajuda para subir às carruagens, para passar a sarjetas e para ter sempre, em qualquer lado os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir às carruagens, ou me dá o melhor lugar e não sou eu uma mulher?

Olhem para mim, olhem para os meus braços.

Eu lavrei, eu plantei, eu armazenei e nenhum homem me passava à frente. E não sou eu uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto como um homem, e comer tanto (sempre que arranjasse comida) como um homem. E igualmente suportar o chicote! E não sou eu uma mulher? (apud OLIVEIRA; 2010, 27)

O tom crítico no discurso dessa ex-escravizada, nos mostra as contradições de um movimento dito para “mulheres”, quando aponta em sua história essa disparidade ontológica do ser “mulher”. Evidente que o gênero é uma forma de opressão, mas, dentro dessa estrutura, atuam outras modalidades específicas de opressão, modeladas por outros sistemas sociais que com gênero se intersectam. Ou seja, o feminismo centrado apenas no gênero, ou nas diferenças sexuais não seria suficiente para explicar as contradições vividas pelas mulheres negras. (OLIVEIRA, 2010)

Partindo desta perspectiva que atentamos para a necessidade de pensar o tema no âmbito nacional, já que o racismo no Brasil se instituiu de maneira diferenciada historicamente. Nesta procura que desenvolvemos o item a seguir.

Diferenças: uma abordagem à brasileira

Não pretendemos aqui questionar a atuação e a importância do feminismo nas conquistas das mulheres no Brasil, mas é preciso reforçar que o racismo, em nosso país é um

⁶ Crítica literária e estudiosa da diáspora africana leciona na Universidade de Vanderbilt.

⁷ Professora de estudos afro-americanos na Universidade de Yale, seu trabalho lida principalmente com a detecção e a sondagem da discrepância entre as construções simbólicas da experiência negra e as vidas reais dos afro-americanos.

⁸ Jurista americana e defensora da teoria racial crítica.

⁹ Feminista e intelectual negra, professora no Spelman College em Atlântida, Georgia.

¹⁰ Feminista e intelectual negra, ativista social. Sua escrita tem incidido sobre a interconectividade de raça, capitalismo e sexo e que ela descreve como sua capacidade de produzir e perpetuar os sistemas de opressão e dominação de classe.

¹¹ Filósofa socialista. Ex integrante do Pantera Negras, partido negro revolucionário estadunidense.

estruturante nas relações sociais, é marcado por heranças multiculturais e étnicas e possui artimanhas e articulações que perpetuam algumas desigualdades sociais, econômicas e culturais.

Gostaríamos, apenas, de lembrar o protagonismo de mulheres como Sueli Carneiro¹², Lélia González¹³, Beatriz Nascimento¹⁴, Alzira Rufino¹⁵, e tantas outras, que trouxeram e trazem para a luz do conhecimento a necessidade de se reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino.

À mulher negra brasileira foi negada sua identidade enquanto sujeito político na história do país. Estereótipos, estigmas e lugares-comuns circundam a memória coletiva dos brasileiros, em que foi potencializado pela subvalorização do *status* dessas mulheres por meio do ideal de branqueamento da população. Sueli Carneiro nos atenta à relevância da variável racial frente às questões de gênero.

Essa necessidade premente de articular o racismo às questões mais amplas das mulheres encontra guarida histórica, pois a ‘variável’ racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas). (2003, 119)

Carneiro nos traz os questionamentos levantados por Lélia González como o viés eurocentrista do feminismo brasileiro, a universalização os valores de uma cultura particular (a cultura ocidental), o mito da democracia racial, do ideal de branqueamento e a negação de toda uma história feita de luta e resistências das mulheres negras.

Em face dessa dupla subvalorização, é válida a afirmação de que o racismo rebaixa o status dos gêneros. Ao fazê-lo, institui como primeiro degrau de equalização social a igualdade intragênero, tendo como parâmetro os padrões de realização social alcançados pelos gêneros racialmente dominantes. (id.; idib., 119)

A cromatização dos negros no Brasil torna-se relevantes as pesquisas em torno da mestiçagem brasileira e sua ligação com o mito da “democracia racial”. Mariza Corrêa questiona o

¹² Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, ativista do movimento negro e diretora do Geledés- Instituto da Mulher Negra.

¹³ Antropóloga, política, intelectual brasileira e militante do movimento negro. “Foi seguramente uma das principais vozes a se levantar no âmbito da discussão sobre a questão racial, denunciando, com rara perspicácia e objetividade, a situação da população negra no Brasil”. Perfil Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

¹⁴ Intelectual, pesquisadora e ativista, sua tese abarca a contemporaneidade das favelas à formação dos quilombos como espaços de resistência da população negra.

¹⁵ Ativista do movimento de mulheres negras. Fundadora das Casa de Cultura da Mulher Negra, em Santos, estado de São Paulo.

lugar da mulata nos sistemas de classificações raciais no Brasil em seu artigo *Sobre a invenção da mulata*.

Se Roberto Da Matta tem razão (e creio que tenha) na caracterização da sociedade brasileira e as oposições aqui não se fazem através do confronto direto em termos de raça, talvez o mesmo se possa dizer a respeito das oposições em termos de gênero – o que **não** quer dizer ausência de conflito, mas implica em que analisemos esses conflitos levando em conta o quão perigosas podem ser as transgressões de fronteiras definidas no nosso sistema de classificações de maneira fluida. E se, como a atenção dada à questão pelos nossos pensadores mais influentes leva a crer, raça (seja lá como for que ela tem sido definida ao longo desse debate) é um dos marcadores sociais mais importantes em nossa sociedade, ela, necessariamente, estará presente no campo semântico das definições de gênero. Acredito que a mulata construída em nosso imaginário social contribui, no âmbito das classificações raciais, para expor a contradição entre a afirmação de nossa democracia racial e a flagrante desigualdade social entre brancos e não brancos em nosso país: como "mulato" é uma categoria extremamente ambígua e fluída, ao destacar dela a mulata que é a tal, parece resolver-se esta contradição, como se se criasse um terceiro termo entre os termos polares Branco e Negro. Mas, no âmbito das classificações de gênero, ao encarnar de maneira tão explícita o desejo do Masculino Branco, a mulata também revela a rejeição que essa encarnação esconde: a rejeição à negra preta. (CORRÊA: 1996, 50)

Estigmas e estereótipos circundam a realidade das mulheres negras no Brasil, como a questão de estarem mais ligadas à natureza e impulsos biológicos, a erotização do corpo dessas mulheres e, quase sempre, midiaticamente ligadas a profissões menos prestigiadas intelectualmente. Sueli Carneiro advoga sobre a urgência de dar voz a essa mulher negra.

Acompanhando o pensamento de Patrícia Collins, Luiza Barros usa como paradigma a imagem da empregada doméstica como elemento de análise da condição de marginalização da mulher negra e, a partir dela, busca encontrar especificidades capazes de rearticular os pontos colocados pela feminista norte-americana. Conclui, então que essa 'marginalidade peculiar é o que estimula um ponto de vista especial da mulher negra, (permitindo) uma visão distinta das contradições nas ações e ideologia do grupo dominante'. 'A grande tarefa é potencializa-la afirmativamente através da reflexão e da ação política'. (2001)

O Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo foi criado em 2007, e desde então, trabalha com estes temas enquanto produção social de diferença por meio da articulação das categorias de raça, gênero, sexo, idade e classe, tanto do ponto de vista da configuração de sistemas de classificação social, como da constituição de corpos e identidades coletivas.

Muitas variações e campos simbólicos nos atingem e nos completam quando o tema em discussão é a formação de identidades no mundo contemporâneo. O que estas pesquisas nos mostram é a necessidade de um resgate teórico do ser humano, digo, a necessidade de humanizar as pesquisas, e não somente estas, mas também, a transformação destes conceitos em práticas, para que assim, busquemos um mundo mais igualitário no seu sentido lato e democrático, ou, pelo menos, mais equânime.

Considerações finais

As conquistas obtidas nos últimos dez anos são reflexos dessas e outras lutas que foram mantidas por mulheres e homens marginalizados na sociedade brasileira. No entanto, é necessário lembrar que, ainda temos muitos caminhos a percorrer para que a equidade sócia, econômica e cultural atinja níveis satisfatórios.

Buscar a igualdade de direitos é reivindicar a humanização perdida e silenciada pelo processo de escravização por qual passaram negras e negros em nosso e em tantos outros países. “ É necessário converter-se em um ser humano pelo e cheio de possibilidades para além de sua condição de raça e de gênero”. (CARNEIRO; 2001)

É necessário ter a compreensão da branquitude como violência simbólica, enquanto valor estético privilegiado e hegemônico, e potencializar o combate aos estereótipos para se exigir que a mídia busque outros parâmetros de representação para as mulheres no país e que represente a enorme diversidade que se faz presente em nossa sociedade.

Referencias bibliográficas

BLACKWELL, Marylei e NABER, Nadine. *Interseccionalidade em uma era de Globalização: as implicações da Conferencia Mundial contra o racismo para práticas feministas transnacionail*. Estudos Feministas. Ano 10, 1º semestre de 2002, pág. 189-198

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Cadernos Pagu. nº26, 2006. pág. 329-376

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados. nº49, 2003. pág 117-132

_____. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Artigo apresentado no Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Genero, organizado por Lolapress em Durban, África do Sul, em 27-28 de agosto de 2001.

CORRÊA, Mariza. **Sobre a invenção da mulata**. Cadernos Pagu. nº 6-7, 1996. pág. 35-50

OLIVEIRA, João Manuel. **Os feminismos habitam espaços hifenizados** – a localização e interseccionalidade dos saberes feministas. Revista ex aequo. nº 22, 2010. pág. 25-39